



Relatório de Gestão

Ano Económico de 2021



Índice

Introdução	3
Sistema Contabilístico	3
O Relatório de Gestão	3
Caraterização da Entidade	4
I – IDENTIFICAÇÃO.....	4
II – DADOS GEOGRÁFICOS.....	4
III – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	5
IV – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	5
ÓRGÃO EXECUTIVO	5
ÓRGÃO DELIBERATIVO	6
VII – MAPA DE PESSOAL	6
VIII – POLÍTICA ORÇAMENTAL.....	7
Análise Financeira	7
Situação orçamental - Receita	7
Situação orçamental - Despesa	8
Saldos de Gerência / Tesouraria	10
Aplicações legais	10
Princípios e Regras Orçamentais	10
Principais Políticas Contabilísticas	11
Investimentos	11
Plano Plurianual de Investimentos	11
Resultado	12
Conclusão	12
Resultado líquido	12
Passivos e Ativos	12
Passivo financeiro:	12
Ativo financeiro:	13
Divergências e Justificativos	13
Divergências	13
Justificativos	13
Nota Final	13



Introdução

Sistema Contabilístico

Desde 1 de Janeiro de 2020 que as autarquias locais passaram a estar sujeitas a um novo regime contabilístico – o SNC-AP – caracterizado, de entre outros aspetos, pela introdução de um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

Foi igualmente previsto um regime simplificado para Microentidades, funcionando com base na NCP26 – Norma de Contabilidade Pública 26 que se centra na Contabilidade e Relato Orçamental, o qual é aplicável às autarquias locais que apresentem nas duas últimas prestações de contas um montante global de despesa orçamental paga inferior ou igual a 1.000.000€.

As entidades que se integram neste regime apenas são obrigadas a utilizar a Contabilidade e Relato Orçamental e a divulgação do Inventário do Património. (art.º 6 da Portaria 218/2016 de 9 de agosto)

O regime simplificado é aplicável à Freguesia de Topo, em função do respetivo montante global de despesa orçamental paga nas últimas duas prestações de contas, nomeadamente em 2019 e 48.952,24 euros em 2020.

O Relatório de Gestão

No cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Autarquias Locais) apresentam-se os documentos de prestação de contas relativos ao período entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

O presente Relatório de Contas e Documentos de Prestação de Contas relativo ao ano económico de 2021 serão submetidos à apreciação do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea e) e alínea b), do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A prestação de contas, não obstante a boa-fé que deve sustentar a sua elaboração, pressupõe um conjunto de documentos que procuram na experiência vivida, demonstrar a execução orçamental e financeira de um ciclo temporal, geralmente coincidente com o ano civil.



No que respeita à sua estrutura, e conforme determina a lei, foi elaborada em obediência aos princípios da clareza, exatidão e simplicidade, de forma a possibilitar a sua análise, tanto na vertente económica, como na vertente financeira, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, guiados pela ação política, tendo sempre presente os superiores interesses coletivos da população da Freguesia.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com a Instrução n.º 1/2019 – publicado no Diário de República, II Série n.º 46 de 06 de março.

Caraterização da Entidade

I – IDENTIFICAÇÃO

Designação: Junta de Freguesia do Topo

NIF: 512086168

Endereço (Sede): Rua Joaquim Homem Silveira de Noronha, s/n - 9875-165

Concelho: Calhetas

Distrito: Açores

Telefone: 295 415 251

Fax:

E-mail: juntatopo@hotmail.com

Regime Financeiro: Simplificado - Micro-entidade SNC-AP

A Junta de Freguesia Topo desenvolve Atividades no âmbito da lei, vista a prossecução dos interesses próprios da população residente na respetiva circunscrição administrativa.

II – DADOS GEOGRÁFICOS

A Junta de Freguesia Topo, inserida no concelho de Calheta, composta por uma área de 9,35 km², com aproximadamente 508 habitantes (dados INE censos 2011). A sua população eleitoral é de 456 eleitores. (dados MAI – Mapa nº 1/2022 publicado a 1 de março de 2022).



III – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

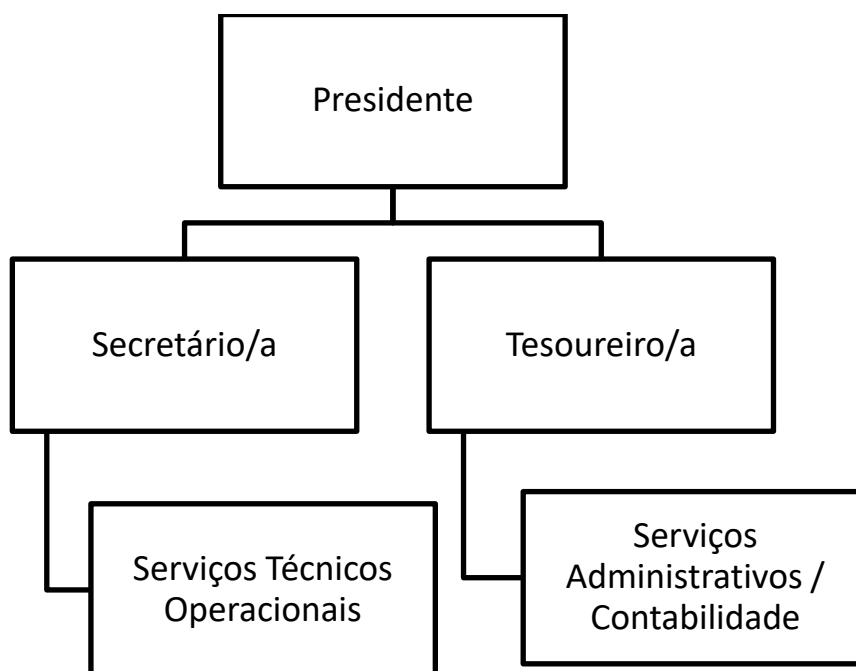


Ilustração 1 - Estrutura Organizacional Órgão Executivo

IV – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

ÓRGÃO EXECUTIVO

A composição do órgão executivo da junta, responsável pelo exercício de 2021, é a representada na seguinte tabela.

TITULAR	CARGO
Lizandro Manuel da Silveira Betencourt	Presidente
Tânia Fátima Azevedo Matos	Secretário/a
Patricia Teresa Picanço Brasil dos Santos Lemos	Tesoureiro/a

Tabela 1 - Composição do Órgão Executivo



De acordo com o disposto no artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Junta de Freguesia Topo, entre outras:

- Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as opções do plano e a proposta do orçamento;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as revisões às opções do plano e ao orçamento;
- Executar as opções do plano e orçamento, bem como aprovar as suas alterações;
- Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, quando aplicável nos termos da lei, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação do órgão deliberativo;
- Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas da freguesia.

ÓRGÃO DELIBERATIVO

O órgão deliberativo da freguesia, constitui a Assembleia de Freguesia.

Compete à Assembleia de Freguesia, nomeadamente:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da freguesia, sem prejuízo do exercício normal da competência desta;
- Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta acerca da atividade por si ou pela junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da freguesia;
- Aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões;
- Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- Aprovar, nos termos da lei, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da freguesia;

Estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia ou sob sua jurisdição.

VII – MAPA DE PESSOAL

A freguesia do Topo não possui mapa de pessoal.



VIII – POLÍTICA ORÇAMENTAL

Os documentos previsionais, nomeadamente o Orçamento e Plano Plurianual e o Plano Plurianual de Investimentos, constituem um instrumento primordial para a gestão autárquica, pois estão neles definidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e a política financeira a curto prazo.

O Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos permitem conhecer as previsões estabelecidas pelos órgãos representativos da freguesia, para uma determinada gerência económica.

Análise Financeira

Seguidamente apresenta-se a análise à estrutura e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia.

O Orçamento corrigido, a 31/12/2021, apresenta a seguinte composição:

RECEITAS		%	DESPESAS		%
Saldo gerência anterior	65 843,32 €	53,92%	Despesas correntes	79 320,55 €	64,96%
Receitas correntes	53 297,00 €	43,65%	Despesas de capital	42 789,77 €	35,04%
Receitas de capital	2 970,00 €	2,43%			
Total	122 110,32 €	100,00%	Total	122 110,32 €	100,00%

Situação orçamental - Receita

As receitas arrecadadas no ano de 2021 totalizaram o montante de 122.068,67 euros, de um total previsto de 122.110,32 euros constituído por 56.225,35 euros de receitas orçamentais e por 65.843,32 euros do saldo da gerência anterior, sendo a sua composição de (43,63%) de receitas correntes e (56,37%) de receitas de capital, correspondendo a uma execução superior em 10.558,35 euros ao orçamento inicial que foi no total de 45.677,00 euros.



Receitas		
Receitas Correntes		
	Valor	%
01 - Impostos Directos.....	1 015,37	0,83%
02 - Impostos Indirectos.....	0,00	0,00%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades.....	0,00	0,00%
05 - Rendimentos da Propriedade.....	0,00	0,00%
06 - Transferências Correntes.....	52 239,98	42,80%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes.....	0,00	0,00%
08 - Outras Receitas Correntes.....	0,00	0,00%
Total de Receitas Correntes	53 255,35	43,63%
Receitas de Capital		
	Valor	%
09 - Venda de Bens de Investimento.....	1 000,00	0,82%
10 - Transferências de Capital.....	1 970,00	1,61%
11 - Activos Financeiros.....	0,00	0,00%
12 - Passivos Financeiros.....	0,00	0,00%
13 - Outras Receitas de Capital.....	0,00	0,00%
15 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos.....	0,00	0,00%
16 - Saldo da Gerência Anterior.....	65 843,32	53,94%
Total de Receitas de Capital	68 813,32	56,37%
Total de Receitas: 122 068,67		

Situação orçamental - Despesa

As despesas totais ascenderam a 68.252,85 euros de um total previsto de 122.110,32 euros correspondendo a uma execução superior em 22.575,85 euros ao orçamento inicial previsto de 45.677,00 euros.

Do total de despesas ocorridas no ano de 2021, 64,76% referem-se a despesas correntes e 35,24% a despesas de capital traduzindo-se respetivamente em 44.19,28 euros e 24.053,57 euros.



Despesas		
Despesas Correntes		
01 - Despesas com o Pessoal.....	9 009,59	13,20%
02 - Aquisição de Bens e Serviços.....	30 197,49	44,24%
03 - Juros e Outros Encargos.....	0,00	0,00%
04 - Transferências Correntes.....	4 572,25	6,70%
05 - Subsídios.....	0,00	0,00%
06 - Outras Despesas Correntes.....	419,95	0,62%
Total de Despesas Correntes	44 199,28	64,76%
Despesas de Capital		
07 - Aquisição de Bens de Capital.....	24 053,57	35,24%
08 - Transferências de Capital.....	0,00	0,00%
09 - Activos Financeiros.....	0,00	0,00%
10 - Passivos Financeiros.....	0,00	0,00%
11 - Outras Despesas de Capital.....	0,00	0,00%
Total de Despesas de Capital	24 053,57	35,24%
Total de Despesas : 68 252,85		

As despesas correntes não excederam as receitas correntes respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental constante do art.º 40.º da RFALEI.

Designação	Previsto	Realizado	Perc%
Despesas Correntes			
01 Despesas com pessoal	9 025,00	9 009,59	99,83
02 Aquisição de Bens e Serviços	64 370,55	30 197,49	46,91
03 Juros e Outros Encargos			
04 Transferências Correntes	5 425,00	4 572,25	84,28
05 Subsídios			
06 Outras Despesas Correntes	500,00	419,95	83,99
Total de Despesas Correntes	79 320,55	44 199,28	55,72
Despesas de Capital			
07 Aquisição de Bens de Capital	42 789,77	24 053,57	56,21
08 Transferências de Capital			
09 Activos Financeiros			
10 Passivos Financeiros			
11 Outras Despesas de Capital			
Total de Despesas de Capital	42 789,77	24 053,57	56,21
Total Geral	122 110,32	68 252,85	55,89

A estrutura da despesa dá-nos o peso de cada tipo de despesa, de acordo com a sua natureza, ou seja, por agrupamento económico.



Saldos de Gerência / Tesouraria

O saldo a transitar para a gerência seguinte ascende a 53.815,82 euros, sendo que o saldo orçamental do ano é de 83.815,82 euros, uma vez que foi incorporado o saldo orçamental da gerência anterior no montante de 65.843,32 euros.

Fluxo de Caixa			
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência Anterior		65 843,32	
Execução Orçamental	65 843,32		
Operações de Tesouraria	0,00		
Receitas Orçamentais		56 225,35	
Correntes	53 255,35		
Capital	2 970,00		
Operações de Tesouraria			0,00
Total		122 068,67	
Despesas Orçamentais			68 252,85
Correntes		44 199,28	
Capital		24 053,57	
Operações de Tesouraria			0,00
Saldo para a Gerência Seguinte			53 815,82
Execução Orçamental		53 815,82	
Operações de Tesouraria			0,00
Total			122 068,67

A Síntese das Reconciliações Bancárias demonstra que:

Instituição Bancária		Saldo em 31/12/2021	Operações em trânsito-A adicionar	Operações em trânsito-A subtrair	Saldo contabilístico
Banco	Nº de conta				
SANTANDER	90939461301SANTANDER	53 815,82	0,00	0,00	53 815,82

Aplicações legais

Princípios e Regras Orçamentais

A Junta de Freguesia de Topo cumpriu durante o ano de 2021 os princípios e regras orçamentais consagrados na Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro).

Nomeadamente a estabilidade orçamental, tendo sido apurado um saldo positivo.

Todas as receitas foram registadas pela importância integral em que foram avaliadas, sem dedução alguma para encargos de cobrança ou de qualquer outra natureza e todas as despesas foram registadas pela sua importância integral, sem qualquer dedução, respeitando deste modo a não compensação da receita e despesa.

As despesas foram inscritas no orçamento, estruturadas em programas, por fonte de financiamento, por classificadores orgânico, funcional e económico. As receitas foram registadas por classificador económico e fonte de financiamento.

A Junta de Freguesia cumpre a transparência orçamental disponibilizando informação fiável, completa e atualizada.



Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações orçamentais foram preparadas de acordo com a NCP 26, e são apresentadas em euros.

A informação é preparada na base do acréscimo, onde os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC-AP.

As demonstrações orçamentais apresentam de forma apropriada a posição financeira e orçamental, o desempenho orçamental e os fluxos de caixa da Junta de Freguesia de Topo, bem como a representação fiel dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios estabelecidos na NCP-26.

Não obstante o referido anteriormente acerca da comparabilidade, sempre que possível a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para as quantias relacionadas nas demonstrações orçamentais.

As demonstrações orçamentais estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente relatório. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante.

Investimentos

Plano Plurianual de Investimentos

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Página 1/3

Objectivo	N.º do Projeto	Designação do Projeto	Classificação Orçamental			Fonte de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %
			Orgânica	Económica	Formas de Realização	RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1		Funções gerais																	
1	2018	Aquisição de Ferramentas e Utensílios	0103	070111	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2018	31/12/2021	2.544,17	0,00	2.544,17	0,00	1.525,10	1.525,10	59,94	59,94
												1.018,17	0,00	1.018,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
												1.018,17	0,00	1.018,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	2021	Aquisição de computador	0103	070107	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	1.280,00	0,00	1.280,00	0,00	1.279,35	1.279,35	99,95	99,95
												1.280,00	0,00	1.280,00	0,00	1.279,35	1.279,35	99,95	99,95
1	2021	Aquisição destruidora de papel	0103	070109	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	246,00	0,00	246,00	0,00	245,75	245,75	99,90	99,90
												246,00	0,00	246,00	0,00	245,75	245,75	99,90	99,90
2		Funções sociais																	
2	2018	Conservação e manutenção do cemitério	0103	07010412	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2018	31/12/2021	40.245,60	0,00	40.245,60	0,00	22.528,47	22.528,47	55,98	55,98
												2.503,00	0,00	2.503,00	0,00	410,20	410,20	16,39	16,39
												11.006,00	0,00	11.006,00	0,00	410,20	410,20	16,39	16,39
2	2018	Manutenção e conservação de caminhos incluído a construção de muros e paredes	0103	0701040101	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2018	31/12/2021	11.006,00	0,00	11.006,00	0,00	7.683,60	7.683,60	69,81	69,81
												11.006,00	0,00	11.006,00	0,00	7.683,60	7.683,60	69,81	69,81
2	2018	Construção de um muro de suporte à Estrada Regional, que vai desde a Travessa de Santo António até ao Chafariz do Agostinho.	0103	0701040102	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2018	31/12/2021	1.224,60	0,00	1.224,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
												1.224,60	0,00	1.224,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	2020	Requalificação do triângulo a entrada da Vila	0103	0701040103	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2020	31/12/2021	700,00	0,00	700,00	0,00	565,20	565,20	80,74	80,74
												700,00	0,00	700,00	0,00	565,20	565,20	80,74	80,74
2	2020	Pavimentação do caminho do Poço Verde	0103	0701040104	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2020	31/12/2021	4.500,00	0,00	4.500,00	0,00	4.499,71	4.499,71	99,99	99,99
												4.500,00	0,00	4.500,00	0,00	4.499,71	4.499,71	99,99	99,99
2	2020	Miradouro do Porto do Topo	0103	0701041301	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2020	31/12/2021	6.200,00	0,00	6.200,00	0,00	2.200,00	2.200,00	35,48	35,48
												6.200,00	0,00	6.200,00	0,00	2.200,00	2.200,00	35,48	35,48



2	2020	Construção de bacia de retenção	0103	07010407	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2020	31/12/2021	7.112,00	0,00	7.112,00	0,00	6.186,16	6.186,16	86,98	86,98
												7.112,00	0,00	7.112,00	0,00	6.186,16	6.186,16	86,98	86,98
2	2021	Construção de balneários	0103	0701041300	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	983,60	983,60	19,67	19,67
												5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	983,60	983,60	19,67	19,67
2	2021	Remendagens	0103	0701040105	O	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2021	31/12/2021	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
												2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O **Plano Plurianual de Investimentos**, demonstra no decorrer do mandato as previsões de investimento a realizar na Freguesia, assim sendo no ano de 2021, a execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 56,21% no valor total investido de 42.789,77 euros.

Resultado

Conclusão

As limitações de ordem financeira constituem uma realidade à qual a autarquia não pode escapar. As escassas receitas próprias tornam-na demasiado dependente das transferências do Estado, através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), das Instituições Públicas e da Câmara Municipal do concelho, através dos protocolos de delegação de competências, bem como de Acordos de Colaboração e Cooperação financeira.

Para fazer face aos atuais constrangimentos financeiros, o controlo das despesas correntes tem sido uma das grandes prioridades.

Apesar destas limitações, a Junta de Freguesia conseguiu, com grande competência, realizar muitos dos objetivos propostos no seu Plano de Atividades para 2021.

Resultado líquido

Analisada a Receita e a Despesa do Ano Económico de 2021, contempla-se que o saldo resultante após o encerramento do ano é de €53.815,82.

Passivos e Ativos

Passivo financeiro:

A 31 de Dezembro existiam dívidas a terceiros a curto prazo no valor de 1.437,43 euros.

Identificador	NIF Fornecedor	Designação fornecedor	Classificação económica	Caraterização	Contrato/Fatura	Data Doc.	Descrição	Dívida no início	Dívida no fim
243679149	243679149	Isabel Gomes Nunes	02	Curto Prazo		02/12/2020	Desenvolvimento de b	2,00	2,00
22181077312/2020	221810773	Elvina do Rosário Mor	04	Curto Prazo	12/2020	04/01/2021	Programas Ocupacion	0,00	21,91
221810773	221810773	Elvina do Rosário Mor	04	Curto Prazo		08/02/2021	Programas Ocupacion	0,00	21,91
5046159474616056	504615947	PT - Comunicações	02	Curto Prazo	4616056	23/12/2021	COMUNICAÇÕES	0,00	75,40
101676980	101676980	Uthova- Carlos M.D	02	Curto Prazo		31/12/2021	MATERIAL ESCRITÓ	0,00	33,95
228541697	228541697	Márcio Avelar	02	Curto Prazo		31/12/2021	ALUGUER DE EMBA	0,00	100,00
506840921	506840921	Penelatio	02	Curto Prazo		31/12/2021	CALENDARIOS 2022	0,00	648,46
512026050	512026050	Transvelas	02	Curto Prazo		31/12/2021	TRANSPORTE MARI	0,00	140,56
512014213	512014213	Almeida & Azevedo, S	02	Curto Prazo		31/12/2021	TONERS	0,00	393,24



A Junta de Freguesia não possuía empréstimos a 31 de dezembro de 2021.

Ativo financeiro:

A 31 de Dezembro esta Autarquia não possuía receitas por cobrar.

Divergências e Justificativos

Divergências

Sem nenhuma situação a acrescentar.

Justificativos

No decorrer do ano financeiro de 2021 não ocorreram imprevistos que suscitassem justificativos adicionais a acrescentar, apesar da continuidade da pandemia causada pela COVID19 que condicionou o funcionamento e operacionalidade desta Autarquia.

Nota Final

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura do tipo autarquia local e por isso sem fins lucrativos (art.º 235º, 237º e 238 da Constituição da República Portuguesa), salientando-se que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos (art.º 238 da Constituição da República Portuguesa e Leis 169/99 de 18 de Setembro e 5-A/2002 de 11 de Janeiro (Competências e funcionamento dos órgãos das autarquias locais) estas revogadas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.

As Demonstrações Financeiras relativas ao ano económico de 2021 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação a atividades da Junta de Freguesia.

Topo, 14 de abril de 2022

O Presidente da Junta

(Lizandro Manuel da Silveira Betencourt)